

ELEMENTOS PARA O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Grupo 1 – 16.07. 2014

Nas discussões realizadas em função da elaboração dos primeiros subsídios para o PPP das escolas inseridas nos espaços de privação de liberdade os profissionais do grupo levantaram que:

-há necessidade de se discutir tendo como pressupostos a concepção pedagógica da proposta curricular do estado de SC (histórico-cultural) as especificidades da EJA (andragogia), deixando para trás concepções educacionais pautadas em noções inatistas, ambientalistas/comportamentais, tradicionais;

- para quem trabalha e acredita na educação dentro desses espaços precisa compreender a educação como processo que acontece ao longo da vida (ser humano aprende sempre), capaz de transformar os sujeitos;

- se faz necessário levar em consideração que os índices de baixa escolaridade dentro do sistema prisional, refletem a realidade educacional brasileira;

- os professores e profissionais que atuam nesses espaços precisam ter como orientação a necessidade de humanização da escola e do sistema prisional, pois as relações afetivas (vínculos de respeito) fazem parte dos processos educativos;

- os sujeitos estudantes dessas escolas estão privados de liberdade, essa é uma condição apresentada pelo nosso público alvo que deve ser uma referência para todas as práticas pedagógicas, não para efetuar juízos de valor, mas para pensar processos pedagógicos adequados a essa realidade;

- falta uma multi/interdisciplinariedade, envolver a educação, a saúde, a segurança, ouvir todos os lados, pensando no sistema como um todo;

-quando for criado um sistema (software de gestão educacional) sejam levadas em consideração as peculiaridades do espaço prisional (CIASC deve atentar para essas especificidades), o sistema precisa ser flexível, pois hoje não se consegue matricular o estudante em turma com uma série não aberta (ele espera até dois meses para abrir a

série que corresponde a sua trajetória escolar);

- o fornecimento de material escolar está previsto no PDDE para todos os alunos, por isso os gestores do CEJA tem que encaminhar o material pedagógico para as unidades educacionais dentro do sistema prisional (não deve haver diferenciação).

No que se refere à metodologia pensada para elaboração do PPP direcionado às escolas nos espaços prisionais foram levantadas as seguintes questões:

-o PPP ocorre em dois momentos, o primeiro envolve toda a comunidade escolar/carcerária ouvindo/identificando o que se espera da educação nesses espaços, e num segundo momento faz-se necessário sistematizar todas essas percepções/expectativas dos segmentos representados, em um documento estruturado em dimensões previamente definidas;

-é preciso ter claro no PPP a concepção de educação (visão de mundo, compreensão dos sujeitos e processos de ensino-aprendizagem) – educação como direito público subjetivo;

-deixar claro que o papel da escola é educar (formar o sujeito consciente, crítico – emancipar), mas o foco está nos processos de ensino-aprendizagem que possuem intencionalidade pedagógica, vinculada a cada área do conhecimento envolvida no processo de formação dos sujeitos;

-é importante conhecer os sujeitos com os quais estamos trabalhando (perfil deles para fins pedagógicos);

-algumas questões administrativas interferem nos aspectos pedagógicos – ex. merenda (como resolver/padronizar/oferecer o mínimo?);

-ao pensarmos o sistema prisional não se pode perder de vista que a pena é uma punição por um crime cometido que não deve ser ‘compensado’ pelo Estado;

-necessidade de diálogo entre os profissionais envolvidos no processo;

-definir o que compete a cada segmento: preso, família, penitenciária, professor (deixar o

assistencialismo de lado);

-implementação de grades nas salas de aula para preservação da integridade física dos/as professores/as (questão a ser definida – 6 professores acham desnecessário em suas realidades e 2 não possuem opinião formada, 24 são a favor da grade). A nova IN deve considerar essa questão (levar em consideração opinião dos profissionais que atuam nesses espaços).

Mapeamento das unidades educativas e seus PPPs: os CEJAs de Criciúma, Concórdia, Itajaí, Joinville, Joaçaba, Curitibanos, Mafra e Canoinhas possuem PPP e contemplam a educação em espaço prisional; os CEJAs de Blumenau, Campos Novos, Caçador e Rio do Sul contemplam de modo ainda incipiente (pouco aprofundado); os CEJAs de Timbó e São Joaquim possuem PPP, mas não contemplam a EJA em espaço prisional.

Para elaboração ou reelaboração dos PPPs/CEJAs as discussões e definições sobre a educação em espaço prisional deverá envolver a participação de:

*chefe de segurança, agentes penitenciário, administrador, gestores (diretores/gerentes), corpo técnico (assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, se houver);

*professores, representante da GERED, equipe pedagógica (ATP, AE, orientador, diretor e analista técnico educacional);

*estudantes da escola e seus familiares;

*conselho da comunidade;

*conselho deliberativo escolar;

*AFEPAC.

METODOLOGIA PARA DESENVOLVIMENTO DOS PPPs NAS UNIDADES

Em grupo buscou-se descrever como vai ocorrer a participação de cada segmento representado, definindo requisitos/instrumentos de participação.

Participação do estudante:

-questionário escrito e oral (entrevista) aplicado por amostra para elaboração de perfil e sondagem de expectativas em relação a educação/escola.

Participação dos familiares:

-questionário escrito e oral (entrevista) aplicado por amostra proporcional ao nº de estudantes para elaboração de perfil e sondagem de expectativas em relação a educação/escola.

Participação da Escola:

-reuniões com professores, representante da GERED, equipe pedagógica (ATP, AE, orientador, diretor e analista técnico educacional);

Participação da Segurança:

-reuniões com chefe de segurança, agentes penitenciário, administrador, gestores (diretores/gerentes), corpo técnico (assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, se houver);

Participação do conselho da comunidade, do conselho deliberativo e da AFEPAC:

-reunião específica com os representantes de cada um destes segmentos para apresentar o que já se tem construído, reivindicar o que for possível e estabelecer parcerias.

A construção ou revisão do PPP envolve duas dinâmicas de trabalho: uma voltada aos momentos com discussões ampliadas que devem oportunizar a participação de todos; e sistematização escrita desse processo. Ao iniciar esse trabalho será preciso definir duas equipes: a primeira responsável pelo registro (sistematização escrita) com pelo menos um representante do CEJA, um da Escola e um da unidade prisional; a segunda com a mesma proporção de representantes responsável por promover e organizar os encontros, pensar/ouvir a todos e avaliar as dinâmicas de trabalho desse processo.

Esse trabalho poderá iniciar pela elaboração dos questionários que sejam submetidos à apreciação de todos antes que seja aplicado aos estudantes e seus familiares. A partir da sistematização (em forma de relatório) dessa coleta iniciam-se as reuniões envolvendo os outros representantes.

CONSTRUÇÃO E GRUPO DE ELEMENTOS INICIAIS DO PPP

Grupo 1 – 17.07. 2014

O segundo dia de trabalho iniciou com a leitura coletiva do registro sistematizado sobre o que havia sido discutido na tarde anterior, os aspectos que não estavam claros foram reelaborados, de modo que todos pudessem concordar/legitimar os aspectos abordados. Na sequência foi feita a leitura com o grande grupo do esboço da IN, para a qual sugeriu-se a redução do nº de livros a serem emprestados (um por vez), desde que se mantivesse a regularidade de acesso aos livros (uma vez por semana). Essa sugestão foi dada em função da incidência de extravio dos livros e falta de condições para armazená-los nas celas.

Em seguida, foram apresentados e discutidos os elementos que fazem parte de um PPP. A partir disso, o grande grupo foi subdividido em quatro grupos com a incumbência de pensar aspectos que deveriam ser abordado em cada item, privilegiou-se item do PPP que serão comuns a todas as unidades como: papel da escola (grupo 01); proposta curricular (grupo 02); dimensão administrativa (grupo 03); e dimensões física/financeira (grupo 04). Após esse trabalho todos socializaram suas ideias e produções, complementando-as com base na discussão ampliada realizada no grande grupo.

PAPEL DA ESCOLA

A função da escola é a de contribuir com os alunos privados de liberdade para que elaborem e reelaborem conhecimentos científicos e tecnológicos, desenvolvendo competências e habilidades necessárias para rever, recriar e aplicar novos conceitos no universo coletivo, conduzindo-os para reinserção social em múltiplas dimensões: na família, no trabalho, na sociedade como um todo.

De acordo com o autor Julião (2007, p. 48), o papel da educação no sistema penitenciário é:

(...) além dos benefícios da instrução escolar, oferece também ao interno a possibilidade de participar de um processo de modificação capaz de melhorar sua visão de mundo, contribuindo para a formação de um senso crítico que auxilie no entendimento do valor da liberdade e melhorando o comportamento na vida carcerária.

Baseados na concepção filosófica histórico cultural, o processo ensino-aprendizagem mediará conhecimentos historicamente acumulados e adquiridos de forma significativa, no qual o aluno privado de liberdade, torna-se sujeito da sua própria história.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos privados de liberdade o acesso, o direito e a garantia de uma educação de qualidade, visando o seu desenvolvimento na sua totalidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Possibilitar condições de aprendizagem para sua reinserção na sociedade;
- Ofertar aos alunos privados de liberdade alfabetização e nivelamento, ensinos fundamental e médio;
- Buscar parcerias para viabilizar a oferta de cursos profissionalizantes;
- Garantir a validação de saberes aos alunos privados de liberdade;
- Buscar processos de formação continuada, assim como se engajar naqueles oferecidos pela SED.

AÇÕES

- Selecionar materiais pedagógicos adequados processos de ensino-aprendizagem dos alunos;
- Fazer a reclassificação de estudo para a inserção do aluno na série adequada por meio provas elaboradas por profissionais competentes do CEJA;
- Solicitar formação continuada aos profissionais ligados à educação dos sujeitos privados de liberdade em parceria com a Secretaria de Justiça e Cidadania;
- Divulgar e garantir a validação de saberes aos alunos público-alvo da educação em prisões.

PROPOSTA CURRICULAR

1- Objetivo

A Educação de Jovens e Adultos voltada para a educação prisional tem com base norteadora a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, que tem compromisso com a ressocialização do indivíduo consolidando a oferta de uma educação de qualidade, partindo dos princípios da autonomia, colaboração, participação, igualdade de oportunidades e inclusão social.

2- Matriz Curricular

Seguirá as determinações da SED.

Dificuldades e inquietações - que possa haver mais flexibilidade em relação a entrada e saída de aluno, que se construa instrumento de avaliação para promover a reclassificação quando houver necessidade.

3- Conteúdos Curriculares

O grupo sugere uma reestruturação nos conteúdos de cada disciplina, bem como a metodologia aplicada visando uma melhoria no processo de aprendizagem e contemplando as especificidades da educação prisional.

4- Metodologia de Ensino-aprendizagem

-Levando-se em consideração a carga horária de cada disciplina e, ao mesmo tempo, a importância de garantir a qualidade de ensino, estabelece-se, como prioridade, um comprometimento junto ao aluno, no que se refere a um conhecimento mais crítico e mais engajado.

-Na primeira etapa de recepção dos alunos, que chamamos de investigação, permite-se que cada um coloque para o grupo suas ideias, objetivos, angústias, dificuldades e interesses. As relações na interação professor-aluno são essenciais para aprendizagem, sendo fundamentais para a expansão das atividades e do pensamento do ser humano, proporcionando condições para a construção da consciência.

-A metodologia aplicada direciona-se para a construção de um projeto onde o aluno se apodere do processo de leitura, de escrita e de interpretação.

-O trabalho é orientado com base nos conceitos e conteúdos das disciplinas, através de: pesquisas, trabalhos em grupo, produção individual, debates, produção de textos, exposição oral, cartazes, filmes de caráter pedagógico, palestras. É um processo contínuo que envolve participação, interesse, avaliações orais e escritas, auto avaliação e avaliação coletiva.

5- Sistema de Avaliação

-O processo avaliativo visualiza a educação na sua totalidade, concebida coletivamente, onde professor e aluno são sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, com o

objetivo de elaborar conhecimento científico, que possibilite ao indivíduo a garantia de seus direitos e deveres como cidadão encarcerado.

-Partindo deste princípio, a avaliação escolar é feita no decorrer do processo, havendo, sempre que necessário, a retomada de estudos e a possibilidade de recuperação paralela.

-Na Educação de Jovens e Adultos se leva em conta as peculiaridades inerentes aos alunos, como: idade, expectativas, características individuais, ritmo, conhecimentos que cada um já possui, enfim, considerados todos os aspectos relevantes para atingir um grau satisfatório de interação motivacional e de propósitos.

-A avaliação tem também a função de orientar os procedimentos de ensino, tem o caráter processual, reparador e equalizador.

-Serve para orientar o professor nas decisões do planejamento do seu fazer pedagógico, para que ele possa ir além do nível de desenvolvimento real dos alunos, comprometendo-se com o processo de aprendizagem, superando, assim, o senso comum.

-A prática pedagógica da avaliação não se reduz somente a provas. O professor utiliza diversos instrumentos que estão sempre em consonância com os objetivos, metodologias e critérios adotados. O aluno deve ter clareza de como é feita a avaliação. Para avançar no bloco/etapa ou concluir disciplina, o aluno deve obter, no mínimo, 70% de aproveitamento, representado, numericamente, em uma escala de um a dez, sendo permitida nota quebrada tipo: 7,5; 8,5; 9,5.

6- Projetos Pedagógicos

Possibilitar o desenvolvimento de projetos voltados para a cidadania (atendimento a demandas sociais):

-saúde: higiene, doenças transmissíveis, transtornos psicológicos, primeiros socorros, entre outros;

-resgate de documentação de identificação;

-legislação inerentes as especificidades/necessidades dos alunos.

DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

a) Aspectos gerais da organização escolar.

-As matrículas serão semestrais ou a cada início de blocos nas modalidades de: Nivelamento, Ensino Fundamental e Médio. Para as unidades com oferta do Programa Brasil Alfabetizado a matrícula se dará a qualquer tempo.

-Com relação a quantidade de alunos para abertura de turmas: abre-se independente do numero de alunos respeitando o espaço físico (educação como direito). O número de turmas será de acordo com o espaço físico disponibilizado U. P.

-Documentação necessária para a matrícula: CPF, CI ou Ficha do IPEN e Histórico Escolar, garantindo assim a certificação e conclusão dos cursos (os agentes penitenciários devem se responsabilizar por disponibilizar a ficha do IPEN para escola do aluno que deseja ingressar na escola). Faz-se necessário ver qual o embasamento das outras redes para a não exigência do histórico escolar para ingresso no 2º ciclo/segmento do EF (não ter o histórico escolar não pode impedir o aluno de frequentar as aulas ou concluir seus estudos).

-Garantir a participação dos alunos de modo periódico no ENCEJA e ENEN.

-Com relação a carga horária há uma variação conforme cada unidade (varia de 2h a 4h por dia de aula), o grupo acredita que 03 horas diárias de efetivo trabalho seja adequado. Há casos em que o aluno possui 2h diária em sala de aula e deve complementar mais duas horas em cela com atividades encaminhadas pelo professor (há necessidade de se discutir legalidade de atividades encaminhadas à distância).

-Garantir mecanismos que asseguram o direito a terminalidade dos estudos aos alunos.

-O grupo entende que a busca/promoção de cursos profissionalizantes deve ser de responsabilidade do sistema prisional (parcerias com empresas ou institutos federais).

b) Formação acadêmica e profissional do corpo docente e diretivo.

-Professores na grande maioria ACTs, o que gera alta rotatividade, sendo assim é preciso encontrar mecanismos para garantir sua permanência ou retorno a cada ano, quando o

mesmo tiver perfil (promover seleção a partir de um edital separada com prova de títulos em que pontue experiência – por exemplo, 1,0 ponto por ano para quem atuou como docente em qualquer nível e modalidade e 1,5 por ano para quem atuou na EJA ou espaço prisional. Há previsão legal para isso, tomar como exemplo editais de outras instituições de ensino).

c) Condições de trabalho, inclusive o plano de valorização dos profissionais da educação (cursos, seminários, capacitação interna, etc).

-Ter sala e espaços adequados/equipados para que os profissionais desempenhem suas atividades. Oferecer curso capacitação, articular grupo de estudos, reunião mensal para compartilhar/valorar o trabalho desenvolvido nas unidades.

d) Forma de atendimento aos alunos.

De forma coletiva, conforme ensino regular, recuperação paralela, trabalho em grupos, atividades, mostra científica, entre outras.

e) Proposta de Avaliação Institucional.

Não se pensou (não houve tempo). Mas sugeriram que a SED disponibilize instrumentos padronizados, a exemplo do que acontece no ensino superior.

f) Criar instrumentos para avaliação permanente do processo educativo nas prisões.

Não se pensou (não houve tempo). Mas sugeriram que a SED disponibilize instrumentos padronizados, a exemplo do que acontece no ensino superior.

DIMENSÃO FÍSICA

a) Instalações gerais (dentro do presídio, penitenciária e upas): um espaço físico com mesa e cadeira, estantes para ser usado como biblioteca e garantir os empréstimos e não só espaço de leitura, com bom acervo e uma pessoa responsável. Espaço físico, para sala de aula, com separação do profissional dos reeducandos através de grades, com banheiro anexo para os reeducandos, ventilada, clara, com iluminação necessária para o bom andamento das atividades e bem conservada, com mobiliário adequado e equipamentos audiovisuais.

- b)** Espaço na unidade para montar uma sala informatizada.

- c)** Condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

- d)** Áreas de convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas, de recreação, utilizando o pátio de sol já existente nas unidades prisionais, com atividades, tipo futebol e outras atividades recreativas, de maneira a se garantir a segurança e integridade física dos alunos e servidores.

- e)** Sala para os professores da unidade prisional, espaço iluminado, claro, ventilado, necessário para suas horas atividades, com acesso a rede mundial de computadores, objetivando busca de subsídios para o planejamento.

- f)** Local de alimentação para os alunos.

DIMENSÃO FINANCEIRA

Recurso financeiro advindo o FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação, vinculado ao MEC, captado pela AFPAC. Esta verba partilhada em valores para custeio e valores para capital.

Em assembleia convocada especialmente para debater o planejamento e aplicação dos recursos, a AFPAC e seus associados decidem sobre as prioridades da escola de modo geral, registra-se em ata as decisões.

A prestação de contas é de responsabilidade da AFPAC, supervisionada pelo Conselho Fiscal e pela Direção da Escola do CEJA. Dentro do princípios básicos da Legalidade e transparência.

Necessidade de transporte dos professores, em unidades prisionais alocadas longe do centro urbano, conforme acordo entre Gerente do Presidio e Gerente do CEJA.

PRODENE – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Subsídio financeiro advindo do Governo Estadual para aquisição de produtos alimentícios perecíveis para complementação da Merenda Escolar. É de responsabilidade da Direção da Escola a administração desse recurso, bem como, a realização da Prestação de Contas, a qual, é supervisionada pelo Presidente da AFPAC, usando na

medida do possível, o enriquecimento da merenda, com oferta .

PARA COMPLEMENTAR ESTE ITEM:

Aplicação dos recursos financeiros para melhorar a permanência do aluno na escola, planejamento de aquisições diversas, para um planejamento mais consistente, existe necessidade de conhecer a receita estimada e a despesa presumida. Aplicação de recursos de consumo em projetos institucionais, tais como formação continuada para professores e oferta de cursos para os discentes.